

Novo Centro Cultural Português em Berlim Promover a cultura numa “posição central” da Europa

Pág. 2/3

Cátedra Camões na Universidade de Andorra Dignificar o estatuto da língua portuguesa

Pág. 2/3

Ação cultural externa mantém eixos temáticos em 2018

Pág. 3



Centro Cultural Português em Berlim Promover a cultura numa “posição central” da Europa



❑ O novo Centro Cultural Português (CCP) em Berlim, criado por despacho ministerial publi-

cado a 10 de outubro em *Diário da República*, é a primeira instituição portuguesa do género a abrir por-

tas no mundo desde 2001, quando começou a funcionar o seu homólogo de Dili, em Timor-Leste.

O objetivo do novo ‘Camões – Centro Cultural Português em Berlim’ é “promover a língua e cultura portuguesas contribuindo para a promoção e reconhecimento da imagem de Portugal na Alemanha”, diz o despacho do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, que justifica a criação com a “necessidade de conferir o adequado enquadramento às atividades que integram a ação cultural externa em Berlim”, onde já funcionava num espaço próprio, desde fevereiro de 2016, a coberto do programa cultural estruturado pela Embaixada portuguesa, um Centro *Camões*, dirigido por Ana Patrícia Severino, conselheira cultural, que assume igualmente a direção do novo CCP.

Para a diplomata, a criação do CCP/ Berlim “é um facto relevante e revelador de uma política externa cultural, também consubstanciada” na resolução de Conselho de Ministros de outubro de 2016, que definiu as bases da ação cultural externa. Mas na proposta da missão portuguesa de “abertura de um espaço cultural”, esteve igualmente, segundo ela, a consciência da “importância que assume relevar a cultura neste país e numa cidade como Berlim, que têm, desde sempre, mas neste momento em particular, uma posição muito interessante e central na definição das políticas europeias”. No quadro dos

mecanismos de internacionalização da língua e cultura portuguesas, “a definição da programação cultural portuguesa na Alemanha, a partir do polo estável” que é o novo CCP é fundamental, no dizer de Ana Patrícia Severino, para “reforçar o posicionamento de Portugal face às autoridades alemãs e internacionais aqui sediadas”. “Este posicionamento”, acrescenta, respeita igualmente “à imagem de Portugal na Alemanha como um todo, para o qual muito pode contribuir a articulação com diversas valências como a economia e o turismo”. O “enquadramento jurídico mais estável”, com a atribuição de “personalidade jurídica” ao Espaço *Camões* – que trouxe uma “flexibilidade de programação, articulação, partilha e um posicionamento que não teríamos sem a sua existência” – “representa uma oportunidade para se avançar no sentido de uma estrutura base sólida para a divulgação da produção artística e dos agentes culturais nacionais” naquele país, considera a conselheira cultural em Berlim. “Cumpre-nos dar condições estáveis aos artistas, autores e agentes culturais para exercer a sua profissão”, frisa.

DINAMISMO

A criação do CCP/Berlim vem assim na sequência do dinamismo registado nos últimos

Cátedra Camões na Universidade de Andorra Dignificar o estatuto da língua portuguesa

❑ A “dignificação do estatuto da língua portuguesa como língua de ciência” constitui, na opinião de Filipa Soares, coordenadora da rede de Ensino Português no Estrangeiro (EPE) em Espanha e Andorra, o principal resultado da criação, com o apoio do Camões, I.P., de uma cátedra de Estudos Portugueses na Universidade do Principado dos Pirenéus, entre Espanha e França.



A inauguração da nova Cátedra *Camões* na Universidade de Andorra (UdA), que tem como diretor o próprio reitor da instituição andorrana, o professor Miquel Nicolau i Vila, ocorreu numa cerimónia a 7 de setembro último com a assinatura de um protocolo pelo secretário de Estado das Comunidades, José Luís Carneiro, durante a visita ao pequeno Estado do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

A criação da cátedra, que tem um espaço próprio (Aula *Camões*) nas instalações da UdA, “permitirá o desenvolvimento de projetos de investigação e produção científica no âmbito dos Estudos Portugueses em *latu sensu*”, o que “constitui um elemento de dignificação do

estatuto da Língua Portuguesa como língua de ciência”, naquele país e no exterior, diz a coordenadora da rede EPE em Espanha e Andorra.

“Sendo a língua portuguesa património de 260 milhões de falantes, com uma previsão de crescimento exponencial que alcançará aproximadamente os 360 milhões de falantes, estamos perante indicadores” que incentivam a “assinatura de protocolos de cooperação com instituições que fomentem e promovam a criação de produção científica em português e sobre o contexto da diáspora da língua portuguesa”, acrescenta.

Por outro lado, como afirmou já o reitor da UdA, a criação da

O ensino do português em contexto plurilingue

❑ Inserido num contexto plurilingue e multicultural, o ensino do português em Andorra – regulado pelo Convénio de Cooperação Educativa, de novembro de 2000 – é assegurado praticamente na íntegra pelo Estado português e ministrado, na maioria dos casos, em regime de ensino paralelo na modalidade de PLH (Português Língua de Herança).

Existem, no entanto, duas exceções: no Lycée *Comte de Foix*, que segue o sistema de ensino francês, e no ensino secundário andorrano (11^o e 12^o anos). Em ambos os casos, a língua é lecionada

em regime de ensino integrado como PLE (Português Língua Estrangeira).

O sistema educativo andorrano congrega, com efeito, 3 subsistemas: o andorrano, o espanhol e o francês. A organização e gestão do sistema andorrano depende diretamente dos órgãos políticos andorranos, enquanto os sistemas espanhol e francês funcionam em regime de cotutela, ao abrigo de acordos bilaterais de Andorra com os estados espanhol e francês.

Daqui resulta que a rede de Ensino Português no Estrangeiro (EPE) tenha que “trabalhar de forma conjunta e

articulada com o Ministério de Educação andorrano e, também, com as áreas educativas francesa e espanhola”, refere a coordenadora da rede EPE em Espanha e Andorra, Filipa Soares.

Na variante de PLE, o ministério andorrano assegura a lecionação do português no ensino secundário oficial e o professor contratado não depende da rede EPE, explica Filipa Soares. Já no caso do ensino básico, “as limitações impostas pela legislação andorrana dificultam a integração de uma quinta língua no sistema curricular do Principado”.

No caso do sistema educativo francês, designadamente no Lycée *Comte de Foix*, a integração do ensino do português na

secção internacional do centro educativo outorga-lhe “o estatuto de língua de comunicação internacional”, “não a circunscrevendo unicamente ao conceito de língua de herança”, sublinha a coordenadora.

Apesar dos constrangimentos inerentes a uma rede de ensino ministrado em regime paralelo (limitações horárias e/ou dispersão geográfica), a rede EPE de Andorra (2 professoras e um pouco mais de 200 alunos) agrega 41% dos alunos portugueses residentes no Principado, segundo os dados do censo andorrano de 2016, refere Filipa Soares. “Queremos chegar a mais alunos. Sabemos que existem alunos de nacionalidade andorrana de origem portuguesa que gostávamos

que viessem a integrar a nossa rede, por forma a não perderem o vínculo linguístico, cultural e afetivo com o país de origem de seus pais e avós”.

A coordenadora sublinha o “excelente trabalho” realizado pelas docentes, “que se materializa nos resultados obtidos pelos alunos da rede nos exames de certificação das aprendizagens, bem como a aposta na “ação cultural, como elemento complementar à ação educativa, que vai desde a realização de programas de incentivo à leitura, passando pela realização de intercâmbios escolares, entre outros”. “Desde o início da nossa coordenação considerámos que o binómio língua e cultura são indissociáveis”.

dois anos nas relações culturais entre Portugal e a Alemanha, com o trabalho desenvolvido nas áreas do “cinema, do livro, das artes plásticas e, ainda com uma estratégia em enquadramento, das artes performativas”. Ainda em 2015 Ana Patrícia Severino integrou, a convite da ministra de Estado Monika Grütters, comissária para a Cultura e Media, o grupo de trabalho para implementação do Ano Europeu do Património Cultural em 2018, que surgiu como proposta alemã. A título de exemplo, desde fevereiro de 2016, foram inauguradas exposições de Nuno Cera, André Romão, Tatiana Macedo, Filipa César, Nuno da Luz e Gonçalo Sena e sobre os 40 anos da Alternativa Zero.

A conselheira cultural refere que a inauguração de exposições tem tido lugar em contextos de programação da cidade de Berlim, nomeadamente da Berlinale, do Gallery Weekend, do Berlin Art Week, paralelamente à Art Berlin. Atualmente está a trabalhar com a equipa curatorial da Bienal de Berlim, que tem lugar em 2018.

Foram estabelecidas parcerias com a Fundação EDP/MAAT, a EGEAC/ Casa Fernando Pessoa, o Centro Português de Serigrafia e, agora no contexto da ação cultural externa, com a Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas, o



Ana Patrícia Severino

Instituto do Cinema e Audiovisual, e estão a ser desenvolvidos novos projetos com a Fundação e o Museu de Serralves, a Câmara Municipal do Porto e o Teatro Rivoli.

A atribuição de uma Bolsa de Residência Literária, criada em 2016 por sua iniciativa, foi reeditada em 2017. Em março de 2016, Portugal teve a sua primeira participação com um stand, uma delegação de autores e um programa

de leituras moderadas na Feira do Livro de Leipzig e organizou e participou, também pelo segundo ano, em leituras na Feira do Livro de Frankfurt. Este ano teve lugar, por iniciativa da Embaixada e do Camões, I.P. em Berlim, o 10 Encontro luso-alemão de coprodução cinematográfica promovido pelos institutos de cinema dos dois países. O encontro ocorreu na sequência da negociação da

atualização do acordo bilateral de coprodução cinematográfica, que foi proposta e mediada pela Embaixada e pelo Camões, I.P. em Berlim.

“Em resumo, temos procurado, estruturar ações de continuidade e projetos plurianuais em articulação com estruturas locais, nacionais e internacionais num contexto multilateral”, garante. No entender de Ana Patrícia Severino, importa agora “dar continuidade a ações estruturais, que constituem o foco do trabalho” que tem vindo a desenvolver. “O trabalho de programação neste enquadramento é um exercício de política pública, pelo que devemos aspirar a definir programas e a estruturar iniciativas que refletem efetivamente uma política cultural”.

No caso de Berlim, considera, “importa manter a lógica de programação em contextos alargados de programação da cidade”. Exemplifica com o Festival Internacional de Cinema – Berlinale, o Gallery Weekend, o Berlin Art Week, Art Berlin, a Bienal de Berlim, o Tanz im August, o Festival Internacional de Literatura. A partir deste polo, entende manter a presença, criada em 2016, na Feira do Livro de Leipzig, dar continuidade à presença de autores portugueses por ocasião da Feira do Livro de Frankfurt – reiniciada em 2016 por

iniciativa da Embaixada, depois de mais de uma década sem autores portugueses ali presentes.

Pretende-se também garantir a articulação com a programação do Festival Theaterformen e das Bienais de Wiesbaden e a Trienal de Ruhr e “iniciar um diálogo com museus e instituições de outros estados federados por forma a possibilitar itinerâncias ou programas e exposições nos importantes espaços museológicos, galerias e eventos que têm lugar um pouco por todo o país”.

Um lugar de destaque ocupa, pela sua exemplaridade, a Bolsa João Hogan de Residência Artística, criada pelo então diretor do Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian, Manuel Costa Cabral. “Há 17 anos que um artista português tem um ano de residência artística na Künstlerhaus Bethanien cofinanciada pelo Camões, I.P. Aquela residência artística teve e tem um enorme impacto no percurso de alguns artistas nacionais e contribuiu de alguma forma para aquilo que é a criação artística nacional”, sublinha. “São estes os projetos aos quais queremos dar continuidade e é este o tipo de iniciativas que queremos implementar”, sintetiza a diretora do recém-criado Camões – Centro Cultural Português em Berlim.

cátedra irá “melhorar a mobilidade dos estudantes entre a Universidade de Andorra e as universidades de Portugal e de outros países de língua portuguesa” e “promover a criação de estudos e programas conjuntos de formação com universidades lusófonas”.

Filipa Soares sublinha que a Cátedra *Camões* é “a primeira” da instituição universitária andorrana, “definindo-se como uma aposta prioritária da Universidade para o desenvolvimento de projetos científicos que permitirão assentar e desenvolver estudos nas áreas de investigação”.

As áreas de investigação definidas pela cátedra são, nomeadamente, o multilinguismo e políticas linguísticas no Principado de Andorra; os estudos sobre intercompreensão entre quatro línguas românicas: português, catalão, espanhol e francês; a didática da língua portuguesa e da sua literatura; os estudos de cultura portuguesa e a relação com Andorra; as relações entre Portugal e Andorra no âmbito educativo, cultural, político e social; e a sociolinguística da língua portuguesa em Andorra.

A coordenadora da rede refere por último que a criação da Cátedra “permitirá ter um centro de recursos e de apoio à formação permanente naquele centro universitário, constituindo isto uma mais-valia para os Estudos Portugueses em Andorra”.

Ação cultural externa mantém eixos temáticos em 2018

■ O livro e a leitura, o cinema e o audiovisual e o património cultural serão as áreas prioritárias do programa indicativo anual de ação cultural externa (PIA) para 2018, que manterá os eixos temáticos do programa de 2017.

A informação consta do telegrama-circular enviado em outubro pelos serviços de ação cultural externa do Camões, I.P. para a rede diplomática e consular do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

A circular destinou-se a solicitar os contributos dos diversos intervenientes na ação cultural de Portugal no exterior para a elaboração do PIA, contributos esses que deveriam ser remetidos à divisão de ação cultural externa do Camões, I.P. até 31 de outubro passado.

Enquanto não está concluído o desenvolvimento da “medida e-ACE direcionada à implementação de uma plataforma tecnológica destinada a integrar informação de todos os intervenientes na ação cultural externa”, os chamados “pontos focais de ação externa” deverão “promover a coordenação prévia com os restantes pontos de rede no sentido de apresentar uma proposta de PA [plano de atividades]”, a incluir subsequentemente, depois de aprovada, no programa indicativo anual de ação cultural externa.

A elaboração do PIA decorre do “novo enquadramento para a Ação Cultural Externa (ACE)”, estabelecido pela resolução do Conselho de Ministros



Portugal é país convidado da Feira do Livro de Guadalajara, no México, em 2018

nº 70/2016, de 20 de outubro. A resolução declarou que “a internacionalização da cultura portuguesa constitui uma das finalidades prosseguidas pelas políticas públicas” em Portugal e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, sublinhou no princípio de 2017 que “todos os organismos e serviços públicos que têm responsabilidade em matéria de promoção internacional, seja na área da educação seja na área social, económica, devem integrar a difusão dos valores e dos bens culturais portugueses, patrimoniais ou da criação contemporânea, no seu plano de ação”.

Esta intenção traduz-se, nomeadamente, na elaboração do referido “programa anual de promoção no

exterior da cultura portuguesa”, que traz “objetivos comuns” e “grandes eixos temáticos” à ação cultural externa, numa orientação no sentido de destacar a “diplomacia cultural” no âmbito das atividades das embaixadas e consulados, e numa preocupação com a difusão de informação, para “dar mais visibilidade” ao que se faz em matéria de promoção externa da cultura portuguesa e para “garantir que todos os interessados, todos os intervenientes neste domínio dispõem da informação necessária em tempo útil”.

CRITÉRIOS

A resolução para a internacionalização da cultura portuguesa previu ainda a existência de uma estrutura de coordenação, que tem como pivôs o Camões, I.P. e o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC) do Ministério da Cultura e em que têm assento outras entidades públicas. É esta estrutura que é responsável, nomeadamente, pela elaboração do PIA.

A proposta de linhas de orientação geral para a ação cultural externa de 2018 mantém os eixos plurianuais definidos no PIA 2017, a saber, cultura, criação, acessibilidade e sustentabilidade; memória e património; arquitetura, design e intervenções urbanas; cultura e desenvolvimento sustentável; cultura, interculturalidade, migrações e inclusão; cultura, cidadania e género, cultura, educação, ciência e inovação.

Entre os eixos e prioridades está mencionada com destaque a participação em 2018 de Portugal como ‘País Convidado’ da Feira do Livro de Guadalajara, no México, e também diversas celebrações: Ano Europeu do Património Cultural; 60 Anos da declaração dos Direitos Humanos; José Saramago – 20 anos Prémio Nobel da Literatura; Dia da Língua Portuguesa e das Culturas na CPLP (5 de maio); Dia Mundial do Livro (23 de abril); Dia Internacional da Tradução (30 de setembro).

O telegrama-circular apresenta ainda os critérios de valorização dos planos de atividades, entre os quais estão a “aposta em atividades de média e grande dimensão”, a existência de “outros patrocinadores e/ou parcerias relevantes”, a itinerância entre pontos da rede externa do país, a “colaboração com estruturas externas/locais”, a “participação em contextos multilaterais”, a “promoção de iniciativas de difusão das indústrias culturais e criativas”, a internacionalização de artistas/criadores e a “promoção do turismo cultural”. O documento refere-se ainda que, “relativamente ao plano de atividades culturais global do Camões, I.P., que integra os contributos das redes externas (missões diplomáticas, centros culturais, centros de língua, leitorados), o relatório semestral registou a realização de cerca de 61,5% das atividades integradas no PA (699 atividades realizadas do total de 1134 ações aprovadas)”.

Novo Presidente do Camões, I.P



❖ O ministro plenipotenciário de 1ª classe Luís Filipe Melo e Faro Ramos é o novo Presidente do Conselho Diretivo do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

O diplomata, de 55 anos e licenciado em Direito, era anteriormente embaixador de Portugal em Cuba, cargo que ocupava desde setembro de 2015, depois de três anos como embaixador em Tunes (Tunísia).

Desempenhou também funções diplomáticas em Maputo (Moçambique) e Atenas (Grécia), na representação permanente junto da União Europeia em Bruxelas e no grupo de ligação conjunto luso-chinês em Macau. Foi também diretor-geral de Política de Defesa Nacional.

A Mulher de Porto Pim de Tabucchi num espetáculo em Roma

❖ A *Mulher de Porto Pim (La Donna di Porto Pim)*, uma obra dificilmente classificável de Antonio Tabucchi, é apresentada esta noite na sala Vascello de Roma, num espetáculo de leitura e música, pela companhia "Diritto & Rovescio" no âmbito do Festival Flautissimo, na interpretação que dela fez o renomado intérprete da arte dramática em Itália Roberto Herlitzka, com a curadora de Teresa Pedroni.

Intitulado *Encontro com Tabucchi: A Mulher de Porto Pim*, o espetáculo é uma homenagem ao grande escritor italiano Antonio Tabucchi, que teve Portugal como país de adopção, de quem tinha aliás a nacionalidade desde 2004.

Como escreveu Tabucchi no prólogo da obra, *A Mulher de Porto Pim* não é um diário de viagem, mas também não é "pura ficção". "Este livro teve como origem, para além da minha propensão para a mentira, um período de tempo passado nos Açores".

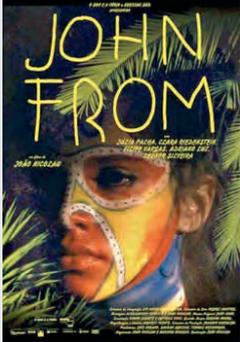
"O pequeno libreto [do espetáculo] transpõe uma geografia de fragmentos imaginários e biográficos que se reportam ao período passado por Tabucchi nos Açores, em que as baleias se apresentam como grandes metáforas e as ilhas do arquipélago se abrem lentamente à dimensão metafísica", lê-se na apresentação do serão de leitura que hoje tem lugar em Roma.



O conto que dá o nome ao livro "narra a história dramática e pungente de um triângulo amoroso que termina tragicamente". "Roberto Herlitzka conduzirá o espetador numa viagem encantada e apaixonante, no embalo da voz da cantora Isabella Mangani e da guitarra de Felice Zaccheo".

A 'frescura' do cinema português em Israel

❖ *John From* (2015), de João Nicolau, abre a 13ª edição da Semana do Cinema Português em Israel, que este ano apresenta entre 20 e 30 de novembro, pela mão da Embaixada portuguesa, com o apoio do Camões, I.P. e do Instituto do Cinema e do Audiovisual, 9 filmes (4 longas metragens e 5 curtas) de realizadores portugueses premiados sob o lema da 'frescura' do cinema português.



Pelas cinematecas de Telavive, Jerusalém, Haifa e Holon passarão "alguns dos mais recentes e vibrantes filmes dirigidos por alguns dos principais realizadores e produtores portugueses", em que se incluem para além de João Nicolau - presente na abertura do festival - Salomé Lamas, Gonçalo Tocha, Cláudia Varejão, Pedro Pinho, José Miguel Ribeiro, João Salaviza, Regina Pessoa e a dupla Alice Guimarães/Mónica Santos)

No último dia da Semana, o programa apresenta uma antologia de curta-metragens premiadas, que compreende uma pequena digressão à animação portuguesa.

Onze empresas já aderiram à promoção da língua portuguesa

❖ Um total de mais de 175 mil euros já foi comprometido com projetos de internacionalização da língua portuguesa, depois que mais três empresas sedeadas em Portugal se juntaram ao abrigo do programa 'empresa promotora da língua portuguesa', ao assinarem protocolos com o Camões, I.P., numa cerimónia a 23 de outubro no Palácio das Necessidades em Lisboa.

A apresentação das linhas gerais do programa criado ao abrigo de um decreto regulamentar de 28 de abril passado, que estabeleceu o regime jurídico do estatuto de 'empresa promotora da língua portuguesa, foi feita pela Presidente cessante do Camões, I.P., Ana Paula Laborinho numa sessão que contou com a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, e do secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias.

As assinaturas dos representantes do Banco Millennium BCP, Imprensa Nacional - Casa da Moeda e RTP elevaram para um total de 11 as empresas que aderiram ao programa, destinado a promover a língua portuguesa no mundo.

Desde julho, já tinham o selo de 'empresa promotora da língua portuguesa' o Banco Santander Totta, a Lidel, a SONAE Center Serviços II, S.A., a Jerónimo Martins SGPS S.A., a Porto Editora, S.A., o Banco BIC Português S.A., a COFAC, CRL - Cooperativa de Formação e Animação Cultural e a ENSINUS1 - Empreendimentos Educativos S.A.

Os protocolos têm uma duração que oscila entre um e cinco anos e as



contribuições das empresas oscilam entre os 6 mil (valor mínimo) e os 42 mil euros/ano. Os documentos referem também a que fins se destinam as contribuições dadas. A lei prevê que os protocolos possam indicar "a finalidade do financiamento", "os países e, sendo o caso, as regiões e as cidades a que se destina".

Os fins genéricos definidos no decreto vão desde o Fundo da Língua Portuguesa ao pagamento de bolsas de estudo oferecidas pelo Camões, I.P., passando pelo financiamento de leitorados e/ou de cátedras de língua portuguesa, de projetos de investigação nas áreas do ensino de português - língua estrangeira e das tecnologias da língua aplicadas aos portugueses.

Na cerimónia de assinatura, Augusto Santos Silva afirmou que "a lógica do programa é muito simples: é desafiar empresas a associarem-se às atividades do Instituto Camões ou da AICEP [Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal] na promoção da língua e da cultura portuguesa tendo em conta os seus interesses empresariais".

O programa, referiu o ministro, constitui um passo na aproximação entre três áreas de responsabilidade

do departamento governamental que dirige: "a área da promoção da língua e da cultura portuguesa - a sua promoção internacional e a internacionalização do velho sistema de cultura portuguesa, nele incluído também o sistema de ciência; a segunda grande área é a da cooperação e da ajuda pública ao desenvolvimento; e a terceira, a do investimento e comércio externo".

"Basta cada um de nós perguntar: teríamos ou não vantagem em sermos proprietários, empresários ou gestores de empresas que pudessem dizer 'eu sou uma empresa promotora da língua portuguesa'. Julgo que a resposta não pode ser negativa", disse o ministro, acrescentando que o facto de ficarem associadas ao programa "é um elemento que distingue estas empresas" e que também as pode "valorizar, designadamente nos mercados de exportação e não apenas nos mercados de língua portuguesa".

As empresas ganham também nos termos do decreto uma espécie de *Via Verde* para as ações de formação do Camões, I.P., bem como o seu apoio e o apoio da rede externa do MNE da AICEP, "no quadro da diplomacia económica".

Outra vantagem, nos termos do decreto de abril do Ministério dos Negócios Estrangeiros, é a aplicação às contribuições pecuniárias das empresas promotoras da língua portuguesa do regime jurídico do mecenato, previsto no Estatuto dos Benefícios Fiscais.

O programa está aberto também aos empresários portugueses no estrangeiro e a empresas com "qualquer estatuto legal ou qualquer nacionalidade dos seus acionistas", indicou o ministro, que ressaltou destinar-se ele "a reforçar os recursos e os meios do Camões, I.P., e não a substituí-los".

Exposição de Miguel Branco no Luxemburgo



❖ *Para Sempre* é o título da exposição de Miguel Branco (Castelo Branco, 1963) que está patente até 22 de janeiro no Centro Cultural Português - Camões no Luxemburgo, no âmbito da *ArtWeek Luxembourg, 2017*.

"Expondo regularmente desde 1988, Branco desenvolveu um trabalho muito pessoal utilizando uma variedade de *media*, incluindo a pintura, a escultura, o desenho, a instalação e a imagem digital", afirma-se numa nota de imprensa.

O artista plástico português, que vive e trabalha em Lisboa, estudou

pintura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa é professor do Ar.co desde 1989 e responsável pelo seu departamento de Desenho e Pintura desde 1994.

"Conhecido pelo seu particular uso da escala e por ter a imagem do animal como um dos seus temas mais presentes, o seu trabalho é baseado em imagens existentes" retiradas de diferentes fontes e épocas, refere a nota. "Este uso de diferentes níveis históricos faz parte de um sistema construtivo", em que, segundo o crítico Bernardo Pinto de Almeida, "o artista disseca (...) inúmeras representações clássicas que vai desconstruindo e depois aplica-se a remontá-las produzindo enigmáticas imagens híbridas". Estas imagens, escreveu ainda o crítico no catálogo da exposição individual de Miguel Branco *The Silence of Animals* (Schloss Ambras, Innsbruck, Kunsthistorisches Museum, Áustria,

2015) "são depois meticulosamente (re)construídas, (re)feitas, por sucessivos processos de reelaboração", utilizando diversos recursos e meios. "Estas formas, que por sua vez re-faz e re-modela, fazendo-as passar pela sua própria intervenção manual, resultam sempre em novas imagens".

Nesta exposição é mostrado, juntamente com a obra recente do artista, um conjunto de esculturas de sua autoria que pertencem à coleção do Musée d'Art Moderne Grand-Duc Jean, do Luxemburgo.



Camões, I.P.
Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jlencarte@camoes.mne.pt
COORDENADOR Luís Faro Ramos
COORDENADORA Vera Sousa
COLABORAÇÃO Carlos Lobato